**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA REDE DE MEDIA TENSÃO DO CAMPUS DE UNAÍ/UFVJM**

**ÍNDICE**

1. OBJETO
2. LEGISLAÇÃO
3. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES
4. DA JUSTIFICATIVA E CLASSIFICAÇÃO DO SERVIO
5. DESCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
6. PROPOSTA FINANCEIRA
7. HABILITAÇÃO
8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
9. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS
11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14. GARANTIA DE EXECUÇÃO
15. FISCALIZAÇÃO
16. SEGURO
17. RECEBIMENTO DO OBJETO
18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRANTANTE
19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
21. CONDIÇÕES GERAIS

**ANEXOS**

* 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
  2. JUSTIFICATIVA PARA MODELO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO
  3. PLANILHAS DE ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução da Rede de Média Tensão do Campus de Unaí/UFVJM – parte da primeira etapa de construção da infraestrutura do campus, dando condições à realização de outros serviços necessários.

1. LEGISLAÇÃO

Contratação em regime de Pregão Eletrônico conforme as Leis nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei 8.248/1991, Lei 8.078/1990, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 4.342/2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.174/2010 e, ainda as condições estipuladas neste Edital. Do modo de disputa, regime de execução e critério de julgamento:

* + 1. Regime de Execução: Empreitada por Preço Global
    2. Critério de Julgamento: Menor Preço

1. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**UFVJM – Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri -** Autarquia pública vinculada ao Ministério da Educação, com sede Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba CEP 39100-000.

**LICITANTE -** Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CONTRATO -** Documento, subscrito pela UFVJM e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CONTRATADA** - Empresa licitante selecionada e CONTRATADA pela UFVJM para a execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** - Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semi fabricados elementos de execução, materiais ou produtos industriais semi fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

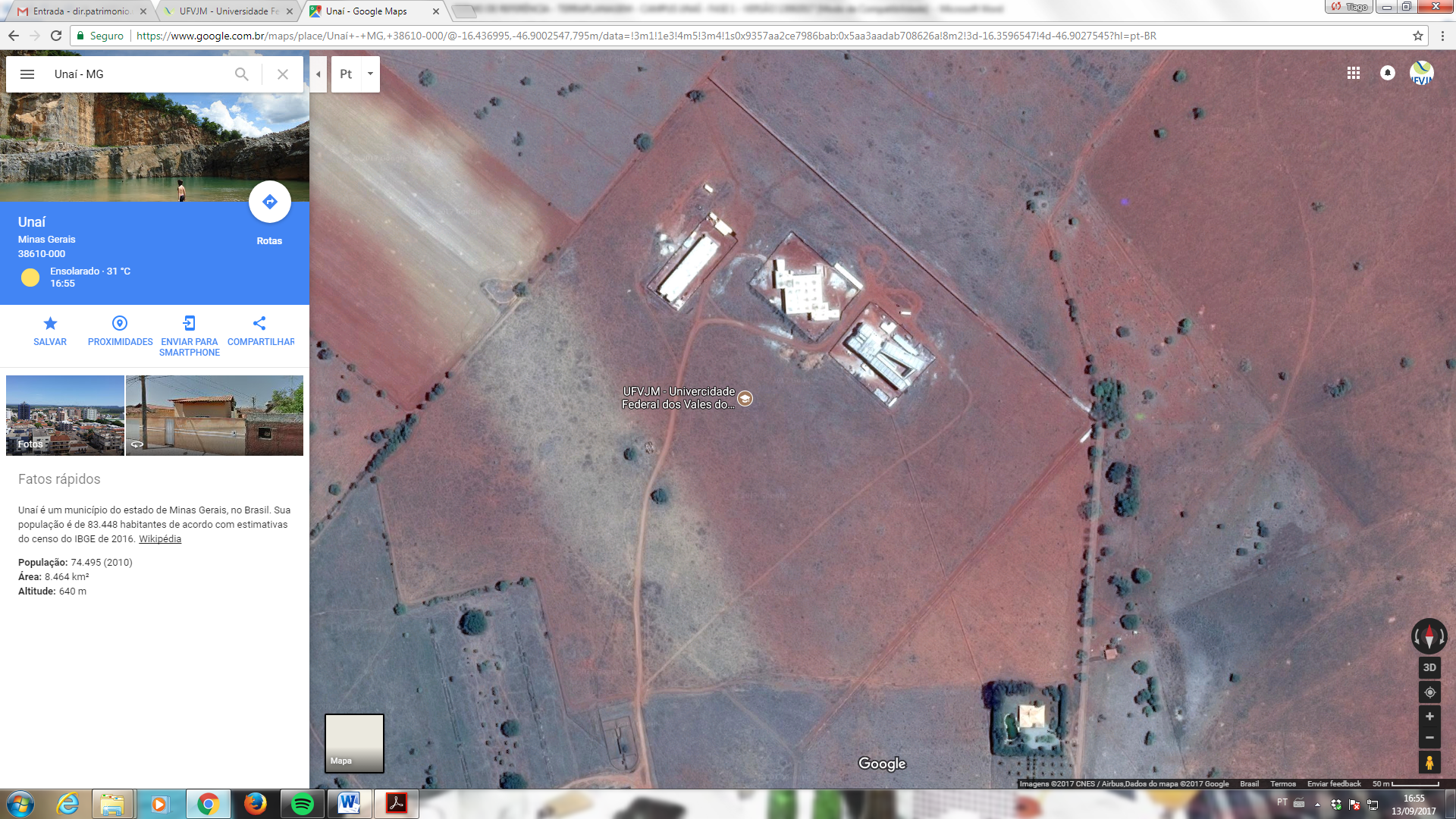
**FISCALIZAÇÃO** - Equipe da UFVJM atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** - Conjunto de todos os documentos que definem e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termos de Referência, Especificações Técnicas, desenho e financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

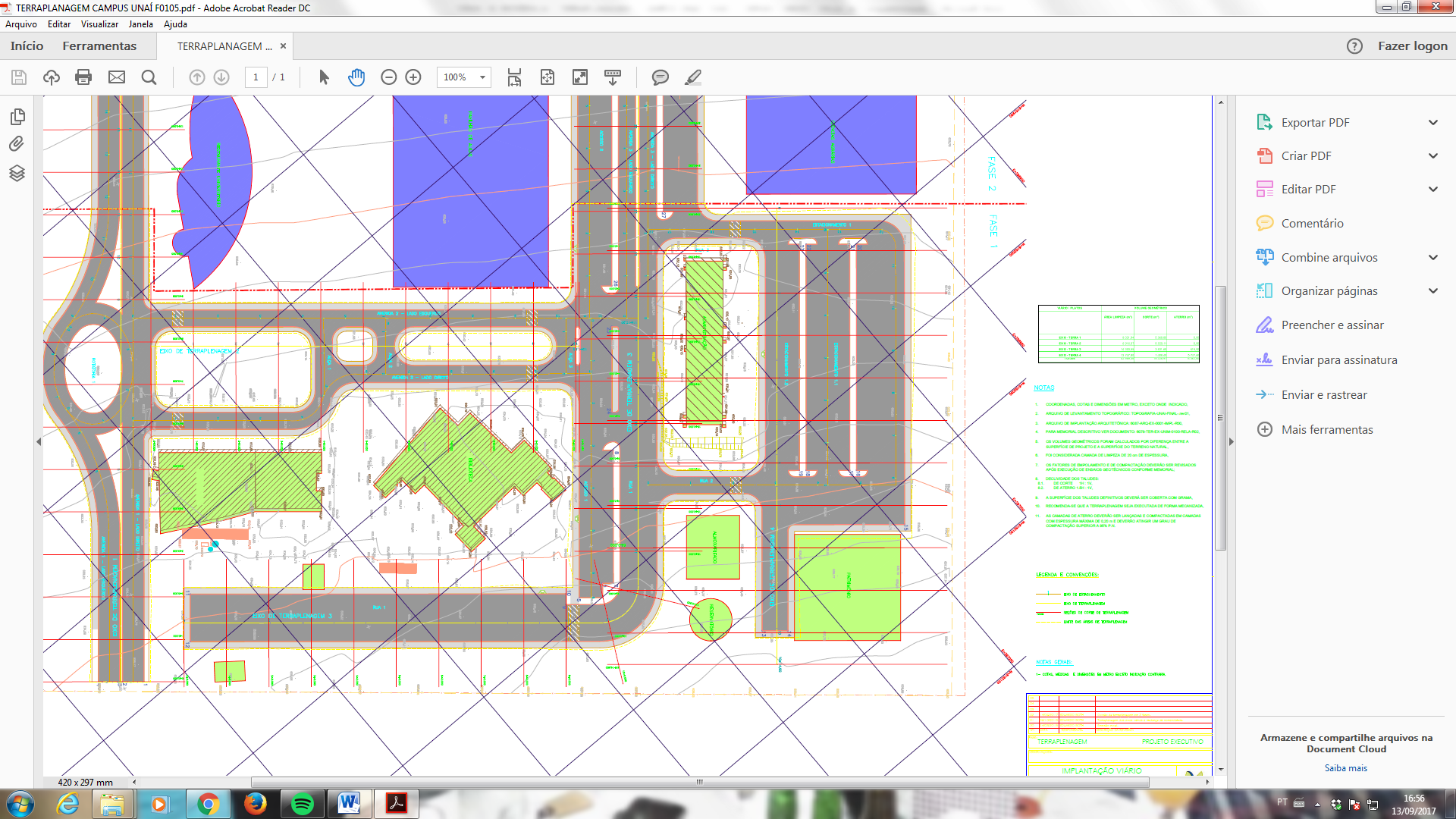
**PROPOSTA FINANCEIRA** - Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos. Deverá ser coerente com a estrutura da Proposta Técnica.

1. DA JUSTIFICATIVA E CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO
   1. Trata-se de instauração de processo licitatório para serviços de execução da rede externa de média tensão do Campus Unaí, a fim de possibilitar o funcionamento dos prédios acadêmicos e administrativos.
   2. A Rede de média tensão externa do Campus Unaí, objeto da licitação, em conjunto com a rede de distribuição de energia dos prédios acadêmicos e administrativos (que está sendo licitada através do RDC 002/2018) e a iluminação pública são imprescindíveis para o funcionamento do Campus Unaí, sendo impossível funcionar o campus sem a execução deste serviço, nesta primeira fase.
   3. O processo em tela se justifica, por ser serviço que possibilite o fornecimento de energia elétrica pela concessionária CEMIG (Companhia de Energia de Minas Gerais), bem este necessário e insubstituível para o funcionamento de lâmpadas dos setores, equipamentos eletroeletrônicos necessários as atividades administrativas e acadêmicas.
   4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
   6. Trata-se da contratação de serviços de engenharia pontuais e comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 10.520, de 2002. *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no* mercado” encontrando respaldo na Súmula 257 – TCU que determina: ”O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.”
   7. Os serviços licitados podem ser executados, por toda e qualquer empresa, especializada na prestação de serviços de engenharia, não sendo necessários conhecimentos que fogem aos padrões normais da área, atendendo à Súmula 257/TCU.
   8. Em resumo, constituem serviços de fácil caracterização, que não comportam variações de execução relevantes e que são prestados por uma gama muita grande de empresas.
   9. *S*ão serviços que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado.
   10. Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFVJM, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   11. A execução da Rede de Média Tensão do Campus Unaí da UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, localizado às margens da rodovia BR-251, a cerca de 8 km ao sul da Cidade de Unaí, no sentido de Paracatu-MG. Como conteúdo deste documento, é apresentada a Especificação técnica dos serviços – Anexo I, em atendimento ao escopo detalhado no Edital e o quantitativo de materiais.

A Figura 1 apresenta uma foto de satélite com a localização do lote onde serão executados os serviços. A Figura 2 mostra o projeto de implantação arquitetônica do empreendimento.



**Figura 1** – Localização do lote destinado ao Campus Unaí, MG.



**Figura 2** – Implantação arquitetônica do empreendimento.

1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste RDC Eletrônico, as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, obrigatoriamente, **credenciadas no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF** e que atenderem a todas as demais exigências constantes neste Edital e seus anexos.

* 1. A Licitante deverá apresentar junto a sua proposta declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e necessárias à avaliação das possíveis dificuldades futuras. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados não fornecidos pela UFVJM. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada, no desenrolar dos trabalhos, como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecido. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da prestação dos serviços.
  2. Caso a licitante deseje visitar o local da prestação dos serviços, deverá solicitar à UFVJM, acompanhamento para a visita técnica, com uma antecedência mínima de 48 horas úteis. A visita deverá ser realizada por preposto devidamente credenciado pela empresa. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
  3. O agendamento da visita deverá ser solicitado ao campus Unaí - Avenida Vereador João Narciso, 38.610-000. Contato: (38) 3677-9950– Engenheiro Cléa Cunha.
  4. Não será permitida a subcontratação de parte do serviço objeto deste Edital.
  5. Ser empresa habilitada a execução de obras particulares pela Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG) conforme o Art. 37. da Resolução 414 da ANEEL.

1. PROPOSTA FINANCEIRA
   1. A proposta financeira será elaborada em função dos serviços relacionados no Anexo III deste Termo de Referência, devendo seguir o modelo de sumário a seguir, podendo ser ajustado nos aspectos em que a licitante julgar adequado:
      * 1. Sumário
        2. Carta de apresentação da proposta financeira (Termo da Proposta)
        3. Resumo da proposta financeira (Planilha Orçamentária Geral)
        4. Detalhamento da proposta financeira (planilhas de quantidades e preços)
   2. Os itens pertinentes ao sumário precedente conterão as seguintes informações:
      1. Apresentação da proposta deverá constar o nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
      2. Carta de apresentação da PROPOSTA (termo da proposta), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, contendo o valor ofertado.
      3. A licitante deverá considerar, na elaboração da proposta, todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços.
      4. Para efeito de preenchimento das planilhas de serviços e preços a licitante deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 27 do Decreto 7.581 de 11/10/2011 e não poderá:
   3. Cotar preço unitário da Planilha Orçamentária Geral e global superior ao orçamento previamente estimado pela UFVJM, ou inexequível, ressalvado o disposto no item 8.3. deste Termo de Referência.
   4. Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.
   5. A licitante deverá considerar, sempre que possível, na elaboração da proposta, a mão de obra, os materiais, as tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.
   6. Os preços propostos deverão contemplar as despesas necessárias para a realização dos serviços como: impostos e taxas, seguros, mão de obra, encargos sociais, transporte, máquinas e equipamentos, veículos, combustível e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. Em caso de omissão de alguma despesa, esta será considerada incluída nos preços.
2. HABILITAÇÃO
   1. Os documentos necessários à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentados em conformidade com o art. 28 a 31 da Lei nº 8.633/93 na forma de apresentação estabelecida no edital.
   2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.1 Para atendimento à qualificação técnico profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas profissional (is) de nível superior, ENGENHEIRO reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviços de:

|  |
| --- |
| **Serviços** |
| Execução de Instalações elétricas de média tensão (classe de tensão 15KV) |

7.2.2 Comprovação de aptidão de desempenho técnico operacional, por meio de atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, do engenheiro responsável pelo serviço, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços de:

|  |
| --- |
| **Serviços** |
| Execução de Instalações elétricas de média tensão (classe de tensão 15KV) |

7.2.3 Indicação formal, através de carta/ofício, assinada pelo representante legal da empresa, do responsável técnico, detentor do atestado de capacidade técnica profissional, que deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de:

7.2.3.1 cópia autenticada do contrato social/estatuto social do licitante em que conste o profissional como sócio;

7.2.3.2 cópia autentica Carteira de Trabalho em que conste o licitante como contratante;

7.2.3.3 cópia autenticada do contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação comum, em que conste o licitante como contratante;

7.2.3.4 declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.2.3.5 Certidão de Registro e de quitação da Empresa e Responsável Técnico pela execução do serviço no CREA.

7.2.3.6 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, comprovado através de balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

7.2.3.7 Declaração formal da disponibilidade para cumprimento das exigências mínimas relativas às instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado considerado essencial para o cumprimento do objeto da Licitação, constando a relação explícita de máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado que serão utilizados na execução do serviço e declaração de que conhece as peculiaridades e condições locais, o grau de dificuldades existente, com vistas à execução do objeto da licitação em epígrafe, bem como conhece as condições de acesso, de instalação do canteiro, de depósito, de alojamento, de água, de energia, de mercado de materiais e de disponibilidade de mão de obra.

7.2.3.8 Documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o Código CNAE ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, para fins de verificação da pertinência da atividade da licitante com o objeto social.

1. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
   1. Para efeito de preenchimento das Planilhas de Preços, não poderá cotar preço unitário da Planilha Orçamentária Geral e global, superior ao orçamento previamente estimado pela UFVJM, ou inexequível, observado o item 8.3. deste Termo de Referência..
   2. Será desclassificada, mediante decisão motivada, a proposta que:
2. Contenha vícios insanáveis.
3. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório.
4. Apresente preços manifestamente inexequíveis ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;.
5. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública.
6. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.
7. Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais Licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
8. As propostas que não estejam em conformidade com os requisitos previstos neste Termo de Referência.
   1. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
9. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela UFVJM.
10. Valor do orçamento previamente estimado pela UFVJM.
    1. A proposta aceita deverá conter, ainda:
11. Prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.
12. Razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital do Pregão Eletrônico, dia e hora de abertura, o endereço completo, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.
13. Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo: telefone, fac-símile e e-mail.
    1. O pregoeiro promoverá diligência de forma a conferir à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
    2. Se houver indícios de inexequibilidade da PROPOSTA DE PREÇO, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
    3. Na hipótese de que trata o item 9.3. a Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.
    4. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
    5. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.
14. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
    1. O prazo de execução dos Serviços objeto deste Termo de Referência é de 4 (quatro) meses, contados da data registrada na Ordem de Serviço emitida pela UFVJM, tendo início e vencimento em dia de expediente na UFVJM, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.
    2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela UFVJM se manifestado expressamente, por escrito, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do prazo de execução do Contrato.
    3. O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolado na UFVJM até a data limite estabelecida para o pedido.
    4. Eventual prorrogação do prazo de execução do contrato somente será autorizada mediante apresentação, pela CONTRATADA, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.
    5. A Licitante deve apresentar declaração de que, caso seja vencedor, contratará pessoas presas ou egressos nos termos do Decreto nº 9.450 de 24 de julho de 2018, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo, acaso a contratação ultrapasse R$ 330.000,00 e o quantitativo de funcionários permita atender ao inciso I do art. 6º do citado Decreto.
15. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS

Para efeito de reajuste do valor contratual, este somente é admitido nos contratos cujo prazo de **execução do serviço** se torne superior a um ano em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da contratada, conforme instituído na Lei 10.192/2001.

Na hipótese de o prazo da execução do serviço, exceder ao período de execução contratualmente previsto, por razões não atribuídas ao CONTRATADO, o valor remanescente do contrato poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), regido e acompanhado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mediante solicitação do CONTRATADO.

O reajuste somente poderá ser concedido a partir de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação da proposta, mediante justificativa da variação do custo de produção no período.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou e qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O orçamento de referência estima-se em R$ 394.166,67 (Trezentos e noventa e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) com data base de abril/maio de 2018.

1. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

**12.1** A CONTRATADA deverá efetuar a medição, no último dia de cada etapa, definido no cronograma físico financeiro, devendo fazer a entrega do documento, à FISCALIZAÇÃO, no primeiro dia útil subsequente.

**12.2** A FISCALIZAÇÃO terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

**12.3** Caso seja constatada alguma irregularidade, na medição apresentada, a empresa deverá proceder as alterações, suspendendo-se o prazo estipulado no item 12.2, que voltará a correr, por inteiro, após novo recebimento da medição.

**12.4** A aprovação da medição prévia, apresentada pela Contratada, não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas;

**12.5** Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros deverão ser considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição;

**12.6** Poderão ser medidos serviços executados antecipadamente ao previsto no cronograma para compensar outros em atraso, desde que o valor total da medição não ultrapasse o total previsto na etapa e não haja prejuízo da qualidade e do bom andamento do serviço;

**12.7** Poderá ser ultrapassado o limite previsto no item anterior desde que atenda a qualquer das hipóteses abaixo:

a) o valor a ser faturado corresponda aos valores em atraso de etapas anteriores acrescidos dos previstos na etapa;

b) antecipação de serviços previstos no cronograma, desde que previamente autorizados pela CONTRATANTE.

**12.8** Não serão pagos nenhum custos referentes a: mobilização e desmobilização do serviço, administração local e/ou instalação de canteiro e acampamento.

A CONTRATANTE somente efetuará pagamentos mediante apresentação da Nota fiscal, com o devido “atesto” do fiscal, consignando as seguintes informações: objeto do contrato, número do contrato, dados bancários para depósito, o valor do material e mão de obras empregadas (conforme planilha aprovada na licitação) e ainda, da documentação abaixo legalmente exigida para a sua liberação:

**12.9** Para primeira medição:

a) Comprovante inscrição do serviço na Previdência Social - formulário abertura da CEI devidamente preenchido;

b) GFIP’s com competência entre a data de abertura da CEI e a atual, referente a CEI do serviço e contendo, no mínimo, as folhas de Conectividade Social, GRF, RE, Comprovante de Declaração à Previdência Social, Resumo das Informações a Previdência Social, RET e Resumo RET;

c) GPS’s com competência entre a data de abertura da CEI e a atual;

d) Comprovante de pagamento das GRF’s e GPS’s supracitadas;

**12.10** Para as demais medições:

a) GFIP’s com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual, referente a CEI do serviço e contendo, no mínimo, as folhas de Conectividade Social, GRF, RE, Comprovante de Declaração à Previdência Social, Resumo das Informações a Previdência Social, RET e Resumo RET;

b) GPS’s com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual;

c) Comprovante de pagamento das GRF’s e GPS’s supracitadas;

d) Listagem dos empregados enviada ao Seguro com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual.

**12.11** Para última medição (além da documentação mencionada no item 20):

a) CND da matrícula CEI do serviço junto ao INSS;

b) Laudo Técnico da FISCALIZAÇÃO comprovando que 100% do serviço foi executado;

c) Termo de Recebimento Provisório do Serviço.

**12.12** A CONTRATANTE irá verificar, ainda, o cadastro da CONTRATADA no SICAF, devendo este estar regular durante toda a vigência contratual.

a) Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será advertida, por escrito, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação junto ao seu órgão cadastrador, ou no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;

b) O prazo descrito na alínea anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATADA;

c) Caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, ou não apresente defesa no prazo descrito na alínea “a”, será providenciada a abertura de processo administrativo visando a aplicação das penalidades cabíveis.

d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação no SICAF.

e) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

**12.13** Será verificada ainda a vigência de Garantia de Contrato e de Seguro caso estejam com prazo vencido, a CONTRATADA deverá apresentar documentos válidos.

Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE em até 20(vinte)dias úteis a contar da data de apresentação da Nota Fiscal e demais documentos, mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA mencionada na Nota Fiscal, desde que obedecidas às formalidades contratuais e legais pertinentes.

**12.14** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100) / 365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

**12.15** O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o item 12.14, será efetivado mediante autorização expressa do Reitor da CONTRATANTE, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento/UFVJM.

**12.16** A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar das faturas mensais os eventuais débitos da CONTRATADA relacionados com o serviço, tais como multas, danos e prejuízos contra terceiros e outros que sejam devidos**.**

1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na ***Tabela 2*** abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Será aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

**13.1** Atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do objeto, tendo como base o cronograma de execução físico-financeiro;

**13.2** Descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

**13.3** Nos casos de inexecução parcial ou total serão aplicadas multas nas seguintes condições:

**13.4** De até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual, caso haja a inexecução parcial do objeto;

**13.5** De até 10% sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

a) Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE;

**13.6** De até 10% sobre o valor total do contrato, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

Além das multas previstas no item anterior, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas ***Tabelas 1 e 2*** abaixo.

**13.7** Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na ***Tabela 2***, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | R$ 150,00 |
| 2 | R$ 250,00 |
| 3 | R$ 350,00 |
| 4 | R$ 500,00 |
| 5 | R$ 2.500,00 |
| 6 | R$ 5.000,00 |

**Tabela 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | **GRAU** |
| **Item** | **DESCRIÇÃO** |  |
| **1** | Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência. | **01** |
| **2** | Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia. | **01** |
| **3** | Permitir a presença de pessoa, no serviço, sem a utilização de equipamento de proteção, por pessoa e por ocorrência. | **02** |
| **4** | Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência. | **02** |
| **5** | Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência. | **02** |
| **6** | Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência. | **03** |
| **7** | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada. | **03** |
| **8** | Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | **03** |
| **9** | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência. | **03** |
| **10** | Não apresentar documentos solicitados neste contrato; por ocorrência. | **03** |
| **11** | Utilizar as dependências da UFVJM para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência. | **04** |
| **12** | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência. | **04** |
| **13** | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais; por ocorrência. | **06** |
| **14** | Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência. | **06** |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | | |
| **15** | Apresentar os documentos solicitados neste Contrato; por dia de atraso. | **01** |
| **16** | Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia. | **01** |
| **17** | Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência. | **01** |
| **18** | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | **01** |
| **19** | Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência. | **01** |
| **20** | Fornecer EPI aos seus empregados, quando exigido, e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência. | **02** |
| **21** | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | **02** |
| **22** | Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia. | **02** |
| **23** | Cumprir com o prazo determinado para execução do serviço; por dia de atraso | **02** |
| **24** | Observar as normas ambientais relativas à licença ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, por evento. | **02** |
| **25** | Cumprir com as obrigações definidas neste contrato, no edital e no memorial descritivo/especificações técnicas do serviço, por ocorrência. | **02** |
| **26** | Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinados pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência. | **03** |
| **27** | Indicar e manter, durante a execução do contrato, os engenheiros responsáveis pelo acompanhamento do serviço, nas quantidades previstas neste Contrato; por dia. | **04** |
| **28** | Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência. | **05** |

Quando a CONTRATADA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme a ***Tabela 3*** abaixo.

**13.8** A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

**13.9** A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirão sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

**13.10**  O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s).

**Tabela 3**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| GRAU | MULTA  (sobre o valor previsto a ser executado no mês) | TIPO DE ATRASO |
| 1 | 0,10% | brando e eventual |
| 2 | 0,30% | mediano e eventual |
| brando e intermitente |
| 3 | 0,50% | grave e eventual |
| brando e constante |
| 4 | 0,70% | mediano e intermitente |
| 5 | 0,90% | grave e intermitente |
| mediano e constante |
| 6 | 1,10% | grave e constante |

**13.11** Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

a) brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução dos serviços no mês;

b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês;

c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês.

**13.12** Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;

b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;

c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

**13.13** A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão.

**13.14** A multa poderá ser aplicada no decorrer do serviço, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

**13.15** No primeiro mês em que ocorrer atraso, poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso do serviço de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado conforme o cronograma físico-financeiro.

**13.16** Se a CONTRATADA apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

**13.17** A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

**13.18** A inexecução total ou parcial do Contrato, a não manutenção das condições de habilitação, assim como a inobservância das normas ambientais relativas à licença ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, sujeitará o contratado às seguintes sanções:

**13.18.1** Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas, previstas neste contrato, bem como das demais cominações legais o licitante que:

1. deixar de entregar documentação exigida neste contrato ou apresentar documentação falsa;
2. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato sem motivo justificado;
3. Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
4. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
6. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

**13.19** A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada a CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, entre outros casos, no caso de inexecução parcial do objeto.

**13.20** Serão aplicadas a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, entre outros casos, quando a CONTRATADA:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE;

e) cometer ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da CONTRATANTE após a assinatura do contrato;

f) apresentar a CONTRATANTE qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) incorrer em inexecução total do objeto.

As sanções previstas no item 13.18 sexta poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa.

**13.21** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

**13.22** Se o valor a ser pago a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

**13.23** Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**13.24** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA a CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

1. GARANTIA DE EXECUÇÃO

**14.1** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**14.1.1** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa.

**14.1.2** O atraso superior a 10 (dez dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993;

* 1. A garantia deverá estar válida durante todo o período de vigência contratual.
  2. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
     1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
     2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
     3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
     4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
  3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
  4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
  5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
  6. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
  7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
  8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
  9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
  10. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
      1. Caso fortuito ou força maior;
      2. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
      3. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
  11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item anterior.
  12. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei n° 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.
  13. Será considerada extinta a garantia:
      1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
      2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

**14.15** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após o início dos serviços conforme “Ordem de Serviço”, deverá apresentar seguro contra riscos de engenharia e seguro coletivo contra acidente de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço.

1. FISCALIZAÇÃO
   1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente por servidor designado em portaria institucional na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando a qualidade dos serviços, as boas práticas, os termos do contrato e os documentos que o integram.
   2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
   3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar ou embargar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, mediante notificação no livro de Registro Diário de Serviços ou outro expediente equivalente, com aposição da ciência por representante da CONTRATADA, dando imediato conhecimento do fato, as instâncias superiores da UFVJM.
   4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
   5. Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à UFVJM, responsável pelo acompanhamento do contrato.
   6. A ação e/ou omissão, total ou parcial da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
   7. A UFVJM se reserva o direito de exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA, que não mereçam confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas.
2. SEGURO

A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da data de inicio do serviço conforme *“Ordem de Serviço”*, seguro contra riscos de engenharia, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias, contendo no mínimo as seguintes coberturas:

a) Danos a obras e materiais, de 15% do valor total do contrato – ***Cobertura de Responsabilidade Civil Geral;***

b) Danos à propriedade do CONTRATANTE ou de terceiros que estejam sob sua guarda, custódia ou controle, de 15% do valor total do contrato – ***Coberturas de Propriedades Circunvizinhas.***

**16.1** Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do serviço.

A CONTRATADA deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item anterior, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991.

**16.2** A apólice deverá abranger morte ou invalidez permanente de qualquer pessoa autorizada a permanecer no local do serviço e ou vitimada fora deste, em razão da execução do objeto contratado. O valor será da cobertura mínima do seguro devido em grupo, conforme Convenção Coletiva de Trabalho do Sinduscon/MG - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado de Minas Gerais;

**16.3** Será obrigatório para todos os operários, cuja lista deverá ser atualizada e encaminhada mensalmente à seguradora e a CONTRATANTE juntamente com a Nota Fiscal, devendo a listagem estar de acordo com os trabalhadores constantes da GFIP.

A cobertura dos seguros supracitados deverá abranger toda a vigência do prazo de execução do serviço determinado na Clausula Sétima.

**16.4** Caso haja aditamento para prorrogação do prazo e/ou acréscimo no valor do Contrato, a apólice deverá ser atualizada em conformidade com o novo prazo e/ou valor pactuado.

1. RECEBIMENTO DO OBJETO
   1. Concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará à UFVJM, através da fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da solicitação formal da CONTRATADA.
   2. A fiscalização fará a vistoria e estando os serviços de acordo com as especificações, efetivamente não tendo nenhuma observação a fazer, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do Contrato, com a liberação da caução.
   3. Na hipótese de correções, a CONTRATADA terá um prazo de 30 (trinta) dias para regularização das mesmas. Só após a realização destas correções, e estando a Fiscalização de acordo, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do Contrato, que permitirá a liberação da caução contratual, sendo que este deverá ser assinado por representantes da UFVJM, juntamente com representante autorizado pela CONTRATADA.
   4. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
   5. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela UFVJM sobre todos os serviços executados.
   6. O recebimento definitivo dos serviços, após a sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.
2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATADA:

**18.1** Observar fielmente as especificações técnicas e ordens emitidas pela CONTRATANTE, responsabilizando‑se pela qualidade dos trabalhos;

**18.2** Desmanchar e refazer, à sua custa, dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, todos os serviços em que se constante defeitos, erros, falhas e quaisquer outras irregularidades;

**18.3** Informar à fiscalização da CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do serviço, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização;

**18.4** Manter, no local, o Diário ocorrências devidamente atualizado com registro de todas as ocorrências, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro;

a) A abertura do Diário de Ocorrências deverá ser feita juntamente com a FISCALIZAÇÃO no dia de início dos serviços;

b) Será tolerado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Ocorrências durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, serem aplicadas as sanções cabíveis;

**18.5** Arcar com todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto do presente contrato, tais como: engenheiros, encarregados, mão de obra em geral, equipamentos, materiais, peças, frete, seguro, manutenções, impostos, taxas de deslocamento de técnicos e diárias, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

**18.6** Responsabilizar‑se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual, de uso obrigatório, de acordo com a legislação aplicável ‑ Equipamento de Proteção Individual – EPI;

**18.7** Responsabilizar‑se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção coletiva;

**18.8** Responsabilizar‑se pela vigilância do serviço;

**18.9** Responsabilizar‑se pela boa conduta de seus empregados, de forma a que não utilizem ou coloquem em funcionamento máquinas ou equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, obrigando‑se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada inconveniente ao interesse dos serviços, a critério da CONTRATANTE;

**18.10** Tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas as normas de Higiene do Trabalho e Prevenção de Acidentes, acatando recomendações que neste sentido lhe sejam feitas pela CONTRATANTE, inclusive na implantação do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Operacional;

**18.11** Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas, emolumentos e licenças necessárias à execução do serviço: alvará, licença ambiental e outras;

**18.12** Pagar toda e qualquer indenização por danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou de prepostos seus, decorrentes da execução do serviço contratado;

**18.13** Registrar o serviço junto ao INSS, Prefeitura e CREA e, após sua conclusão, proceder a “baixa” nos citados órgãos.

**18.14** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**18.15** Cumprir o disposto do art.27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93;

**18.16** Todas as providências judiciais ou extrajudiciais para a solução de questões vinculadas a danos causados a terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA e serão tomadas em seu próprio nome e às suas expensas;

**18.17** A CONTRATANTE fica, desde já, autorizada a descontar da fatura da CONTRATADA os valores que, por acaso, venha a pagar a terceiros e que decorram dos danos previstos no item 16.2 supra;

**18.18** Colocar, em local visível, a placa do serviço, de conformidade com as exigências do CREA, placa de segurança do trabalho e placa da CONTRATANTE em conformidade com orientações da FISCALIZAÇÃO;

**18.19** Apresentar toda a documentação solicitada em Contrato, além de providenciar que esta esteja sempre atualizada;

**18.20** Cumprir, integralmente, todas as normativas legais relativas à licença ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer atos decorrentes de sua inobservância.

**18.21** Apresentar cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas das originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até 15 (quinze) dias contados da solicitação pela CONTRATANTE e no caso descrito no item 29.1:

a) Livro de registro e carteiras de trabalho dos empregados alocados no serviço;

b) Certidão Negativa dos Débitos Salariais;

c) Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas;

d) Declaração de Inexistência de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente;

e) Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;

f) Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques, acompanhada da devida comprovação de recebimento pelos empregados;

g) Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.

**18.22** Providenciar e entregar, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, cópias do “as built” de todos os projetos executivos, acompanhado da ART.

Compete a CONTRATANTE:

**18.23** Expedir a *“Ordem de Serviço*”;

**18.24** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da CONTRATANTE quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

**18.25** Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;

**18.26** Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

**18.27** Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

**18.28** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

**18.29** Notificar, por escrito, a CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**18.30** Exercer ampla fiscalização sobre o serviço contratado, por intermédio de prepostos seus, devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções;

**18.31** Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que a CONTRATADA cumpre todas as formalidades e exigências do contrato;

**18.32** Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas;

**18.33** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**18.34 ­** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**18.37** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**18.38** Atender ao Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018, no que tange a contratação de pessoas presas ou egressas.

1. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
   1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22.12.1977, Portaria nº 3.214 de 08.06.1978 do MTE;
   2. A CONTRATADA se obrigará a cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
   3. A CONTRATADA se obrigará a elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
   4. A CONTRATADA se obrigará a manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.
2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRADA deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
3. Florestas plantadas; e
4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**20.1** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n° 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**20.2** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

1. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
2. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**20.3** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

1. CONDIÇÕES GERAIS
   1. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à UFVJM.
   2. As Licitantes poderão receber notificações do Edital e seus anexos, passando tais notificações a integrar os referidos documentos.
   3. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras.
   4. A Minuta de Contrato regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
   5. A UFVJM poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
   6. A UFVJM poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
   7. Fica assegurado aos técnicos da UFVJM o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
   8. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato, bem como projetos “as built” serão de propriedade da UFVJM e deverão ser entregues em formato digital e, quando impraticável desta forma, em meio impresso, sendo proibida a reprodução ou divulgação, no todo ou em parte desse acervo, sem prévia autorização da UFVJM.
   9. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que ela vier a causar à UFVJM e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
   10. Os Termos de Referência, Termos da Proposta e Especificações Técnicas farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
   11. O Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Belo Horizonte - MG, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO**

As especificações técnicas dos serviços serão realizadas conforme a Norma de Distribuição da CEMIG, em específico a Norma de Distribuição ND-5.3 (Fornecimento de energia elétrica em média tensão, rede de distribuição aérea ou subterrânea), o documento encontra-se no portal da CEMIG e anexo ao este termo de referência.

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES**

**Assinatura:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**ANEXO II**

# DA OPÇÃO PELO USO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O empreendimento é integrante do Programa de Reestruturação e Expansão da Universidades – REUNI – MEC, de onde se elenca que é prioridade de Ministério da Educação do Governo. A opção pelo Pregão Eletrônico se deu pela busca de celeridade, simplificação, transparência e eficiência nos procedimentos licitatórios, ampliando a competitividade e repartindo riscos com o setor privado, de forma a obter a proposta mais vantajosa para a administração pública.

O Pregão Eletrônico consiste em um regime licitatório, que tem por objetivo tornar as licitações do Poder Público mais eficientes, promover a troca de experiências e tecnologia, incentivar a inovação tecnológica e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa, isto sem prejudicar a transparência e o acompanhamento do processo licitatório pelos órgãos reguladores.

As principais vantagens trazidas pelo Pregão Eletrônico, se comparado com os modelos tradicionais de Pregão Presencial são:

* O estímulo à informatização do processo licitatório, a qual acelera o processo licitatório e o torna mais transparente;
* A celeridade é tão evidente no caso do pregão, que até as impugnações e recursos devem ser apresentados imediatamente e de forma motivada em um prazo de cinco minutos.
* O aumento no número de participantes é outra vantagem dessa modalidade, uma vez que permite que empresas de diversos locais do País participem do certame, não havendo necessidade que se desloquem de suas sedes para comparecer pessoalmente. Com isso o pregão eletrônico não se reserva apenas a cidades próximas, como faz o pregão na forma presencial, essa característica no final do certame acarretará para a administração uma maior competitividade, tendo como resultado uma redução significativa de preços.
* A informatização dos procedimentos e fases, que permitem um acompanhamento em tempo real das contratações e a todos os detalhes do processo por parte dos órgãos;
* O fato de no Pregão Eletrônico ser assegurado o acesso total e irrestrito dos órgãos de controle (TCU, CGU, etc.) às informações relativas à contratação.

# FORMA DE EXECUÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

Forma de Execução: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Regime de Contratação: **Empreitada por preço global**

Critério de Julgamento: **Menor Preço**

**2. JUSTIFICATIVAS:**

**Regime de Execução**: Empreitada por Preços Global – quando se contrata a execução do serviço ou do serviço por preço certo e total;

**Sustentabilidade Ambiental**: Serão atendidos os requisitos estabelecidos nas licenças ambientais do empreendimento, podendo ser previstos requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

**Permite Subcontratação**: Não. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

Visita ao local dos serviços: Sim. As empresas licitantes poderão visitar o Campus Unaí (Endereço: Avenida universitária, número 1000, Bairro Cidade Universitários, Unaí-MG), local onde serão executados os serviços e fornecimentos, e suas circunvizinhanças, para se inteirar dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do CONTRATO.

É de inteira responsabilidade da LICITANTE a verificação "*in loco*" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

Os custos de visita ao local onde serão executados os serviços/fornecimento correrão por conta exclusiva da LICITANTE.

Orçamento estimado: O orçamento de referência dos serviços objeto desta licitação faz parte integrante deste Termo de Referência e será divulgado aos interessados, considerando que a presente licitação será por maior desconto.

Referência de Preços: O orçamento de referência da UFVJM tem como data base o mês de abril/maio de 2017.

**3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Trata-se de empreendimento do REUNI e prioritário dentre as ações empreendidas pelo Governo Federal. Com a publicação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 foi delegada à UFVJM a expansão de suas unidades pelo estado de Minas Gerais.

**ANEXO III**

III - PLANILHAS DE ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS

|  |
| --- |
|  |